

VALOR 23/dez/2008

Há Maddofs que vêm para bem

José Eli da Veiga

A crise financeira que causou retrações das principais economias é mais uma confirmação de que resultados sintéticos das contabilidades nacionais, como PIB ou PNB, costumam ser turbinados por derivativos, pirâmides, e tantas outras "inovações". A participação do setor financeiro no PIB dos EUA chegou a 8% por causa de aumento de dinheiro que não tinha qualquer base em valores reais. Barganhas de papéis por papéis chegaram a ser 20 vezes superiores às trocas de papéis por mercadorias concretas. Isso exige que se abra um sério debate sobre a própria noção de "produto" e as convenções da contabilidade social necessárias ao seu cálculo.

Se essa discussão começar, também será necessário que se pergunte, por exemplo, se correspondem à idéia de produto social os gastos governamentais com sistemas penitenciários, ou todos os fluxos monetários gerados por inúmeros tipos de degradação da qualidade de vida e das fundações ecossistêmicas das economias. Ficarão evidentes as semelhanças entre as dificuldades de se perceber a obsolescência das bases conceituais de medidas do tipo PIB ou PNB e as que atrapalharam por dez anos os investigadores da Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC) em suas tentativas de descobrir quais eram os "truques" de Bernard Madoff.

Embora a nata de pesquisadores científicos da área econômica esteja convicta de que a ditadura do PIB/PNB já deveria ter sido derrubada há muito tempo, isso nem de longe ameaça a muralha construída pelo FMI e pela burocracia estatística da ONU. Um reacionarismo que poderá ser duramente golpeado em meados de 2009, com a divulgação do relatório final da Comissão Mensuração do Desempenho Econômico e do Progresso Social (CMEPSP na sigla em inglês). Previsão cuja justificativa está em cinco artigos de 2008 nesta coluna, disponíveis em www.zeeli.pro.br: 22/01, 15/04, 10/06, 02/09 e 30/09.

Se ao menos for admitida a obsolescência das atuais medidas de desempenho econômico, também ficará quase impossível evitar a discussão sobre a natureza da relação que tal desempenho mantém com o desenvolvimento, ou com o progresso social, como preferiram os que batizaram a Comissão. O que permitirá um rompimento com a idéia de que não há nada de errado com o crescimento econômico. De que ele sempre será benéfico, seja qual for a condição do país.

Infelizmente permanecem comuns as abordagens dominadas pelo contraste entre países "desenvolvidos" e "em desenvolvimento". O mais recente exemplo foi a cobertura das negociações sobre o aquecimento global em Poznan, na qual praticamente todas as fontes recorreram a essa dicotomia. Tudo se passa como se o mundo deste início do século 21 coubesse em figurino que deixou de ter qualquer nexos com o aprofundamento de duas evoluções paralelas. Principalmente pela diferenciação, no âmbito do antigo "terceiro mundo", entre um grande número de nações que permaneceram miseráveis, e o grupo minoritário das que lograram progredir de forma significativa. Mas também pela dissolução do velho "segundo mundo", que juntava todos os países cujas elites dirigentes supunham que a estatização realizaria algum sonho socialista.

O fato é que a partir de 1990 passou a ser inevitável usar uma tricotomia para classificar o processo de desenvolvimento. A mais estridente evidência empírica está nos relatórios anuais do desenvolvimento humano publicados pelo Pnud. Separam países de alto, médio e baixo desenvolvimento humano. Paralelamente foi sendo cada vez mais enfatizada a decisiva importância de nações "emergentes" (Banco Mundial), em "ascensão" (Fareed Zakaria), ou pertencentes a um "novo segundo mundo" (Parag Khanna). São as que não integram o clube das mais avançadas, mas que não podem mais ser confundidas com a massa. Quatro versões retóricas que confirmam as análises que sempre destacaram a existência de uma semi-periferia, que agora tem uns 60 países (40 segundo Khanna). Ela já se distanciou bastante dos pouco mais de 100 países periféricos, mesmo que ainda esteja muito longe de atingir os níveis de prosperidade dos 30 mais avançados.

Pois bem, na imensa periferia, o processo de desenvolvimento ainda exige crescimento econômico básico, ou extensivo, aquele capaz de garantir ao menos o direito à vida para populações que continuam a aumentar, e muito. Já na semi-periferia, o maior desafio é fazer com que a criação de empregos decentes melhore a qualidade de seu crescimento intensivo, e que simultaneamente seus frutos sejam alocados com eficácia aos investimentos que mais engendram desenvolvimento: saúde, educação e conhecimento, principalmente científico, tecnológico e inovador. E no centro deixou de ser verdade que o desenvolvimento dependa de mais crescimento econômico, mesmo que deixe de ser entendido como mero aumento do PIB ou do PNB.

Raríssimos são os economistas que desdenham o primeiro desses três desafios, referente à periferia. Também não chega a ser difícil que o dilema da semi-periferia seja admitido pelos que estejam bem informados. Todavia, quase todos rejeitam o terceiro, por continuarem a cultivar duas idéias que nunca foram científicas, mas que permanecem bem convincentes por efeito de inércia institucional. Uma é considerar o PIB uma razoável medida de desempenho econômico. A outra é acreditar que o crescimento econômico sempre será indispensável ao desenvolvimento. Dois dogmas que poderão sofrer sérios abalos se pesquisas sobre suas origens forem estimuladas pela crise.

Quase ninguém visita cozinhas de restaurantes, por mais visíveis que estejam os convites. Mutatis mutandis, também não são persuasivos os clamores para que se reconsidere o papel do crescimento econômico no processo de desenvolvimento, por mais sombrias que sejam as perspectivas globais. É certamente por isso que a grande maioria dos economistas ainda não se deu conta da necessidade urgente de que o primeiro mundo encare uma transição planejada à condição estacionária, na qual a qualidade de vida da sociedade melhora sem que aumente o tamanho de sua economia.

José Eli da Veiga é professor titular do departamento de economia da FEA-USP, pesquisador associado do "Capability & Sustainability Centre" da Universidade de Cambridge, e co-autor de "Desenvolvimento sustentável: que bicho é esse?" (Autores Associados, 2008).

